ATA NÚMERO DOIS MIL, SEISCENTOS E TRINTA E NOVE.

Aos Trinta Dias do Mês de Abril do Ano de Dois Mil e Dois, reuniu-se no Plenário Vereador Cesar Augusto Leoni, a Câmara Municipal da Lapa, sob a presidência do Vereador Osvaldo Benedito Camargo, secretariado pelas Vereadoras Valentina da Luz Piovezan Batista e Elísia Martins, presentes os Vereadores: Valério Schmidt, Marco Antonio Bortoletto, Dirceu Rodrigues Ferreira, Adriano Hamerschmidt, João Renato Leal Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Sergio Augusto Leoni, Alceu Hoffmann, Vilmar Czarneski Fávaro e Walter José Horning.

À Hora Regimental o Presidente declarou aberta a Sessão, onde novamente a pedido do Vereador João Renato, com a anuência de todos os demais presentes, não houve a apreciação das atas anteriores.

No Expediente do Dia, a 1ª Secretária leu a correspondência recebida, onde constou o seguinte: Ante-projeto de Lei nº 07/02, de autoria do Vereador Valério Schmidt, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Integração do Voluntariado "Pró Lapa". Ofício nº 067/2002, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, solicitando indicação de membros para o Conselho Municipal Antidrogas. Protocolo nº 77820/02, do Tribunal de Contas do Estado, em resposta à solicitação de informações. Resolução nº 2803/02, do Tribunal de Contas do Estado, determinando registro de contratação de pessoal. Ofício nº 020/02, do Conselho Municipal de Saúde, em resposta à solicitação da Comissão de Saúde. Ofício nº 200554/2002, da Telepar Brasil Telecon, em resposta a requerimento do Vereador Valério Schmidt. Ofício nº 512/2002, da Procuradoria Geral da Justiça, agradecendo manifestação. Ofício Circular nº 033/2002, do Fundo Nacional de Saúde, informando suspensão de liberação de recursos. Ofício Circular nº 546, da Secretaria Estadual de Segurança Publica, encaminhando relatório demonstrativo referente ao plano de aplicação de recursos liberados. Correspondência de Julio Cezar de Almeida Pereira, em agradecimento. Fax do INCRA-Superintendência Regional do Paraná, solicitando empréstimo das dependências do Plenário. Fax do SindSaúde, solicitando empréstimo das dependências do Plenário. Fax do INCRA-Superintendência Regional do Paraná, convidando para Audiência Pública. Convite da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo para recepção a Consultora de Turismo Sylvia Stevenson M. Albernaz. Convite da Associação dos Municípios do Paraná para reunião em homenagem ao Senador Osmar Dias. Noticiário IBAM nº 437.

Ainda no Expediente do Dia foi feita, pela 2ª Secretária, a leitura do resumo da correspondência expedida.

Dando inicio à Ordem do Dia, presentes os Vereadores Valério Schmidt, Marco Antonio Bortoletto, Dirceu Rodrigues Ferreira, Adriano Hamerschmidt, João Renato L. Afonso, Valentina P. Batista, Elísia Martins, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Sérgio Augusto Leoni, Alceu Hoffmann, Vilmar Czarneski Fávaro e Walter José Horning.

Em 2ª discussão o Projeto de Resolução nº 01/2002, que dispõe sobre o Regimento Interno do Poder Legislativo da Lapa-Pr.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador João Renato dizendo que na semana anterior estavam consternado com a morte do Sr. Edson. Não pode deixar de fazer algumas considerações quanto à reformulação do Regimento Interno que contém cento e noventa e três artigos. Trabalho de dedicação dos Vereadores, agradece a presteza e tolerância dos funcionários dessa Casa de Leis sem exceção, pois entravam às oito horas da manhã e saiam na parte da tarde, sem almoço isso quando não faziam reuniões à noite, agradece também aos Vereadores Valério, Adriano e a Vereadora Valentina, passaram muito tempo juntos nessa Casa de Leis, não somente reformulando o Regimento Interno mas, metas que foram traçadas para melhorar o andamento dos projetos e das iniciativas na parte interna dessa Casa e outras iniciativas por parte do Poder Executivo Municipal que no decorrer do tempo vão apresentar à Casa de Leis, houve muita troca de idéias que

veio a engrandecer o conhecimento dessa Casa de Leis. Foram quarenta e cinco reuniões, com certeza a reformulação do Regimento Interno contém o melhor de todos, o mesmo já tem onze anos, sente-se feliz em dizer que participou da sua criação e agora da reformulação por necessidade do Poder Legislativo adequar-se. Foram poucas as mudanças, mas elas deverão ser seguidas a partir da segunda discussão e publicação na integra pelos Vereadores. Não quer entrar no mérito dos artigos que foram modificados, pois o Vereador Adriano em seu relatório assinado por todos, está com todas as mudanças substanciais que fizeram, tinham outras mudanças que era vontade dos Vereadores fazer, mas por impedimento de lei maior, infelizmente não puderam, como por exemplo a quebra do voto secreto na sua totalidade entre autor foi cogitado e não foi contemplado por falta de amparo em lei. Agradece e parabeniza a todos dessa Casa de Leis e torce para que efetivamente o que está escrito, a partir das próximas sessões seja cumprido na integra, assim os trabalhos serão de grande valia para dignificar o nome do Poder Legislativo.

Com a palavra o Vereador Adriano disse que a proposta de resolução apresentada foi feita através de discussões de elevado nível entre os Vereadores que com espírito mais técnico que político, com problemas e conflitos que podiam estar acontecendo em função dos trabalhos legislativos entre Vereadores e funcionários, mas procurou-se distribuir o trabalho para fluir da melhor maneira possível sem sobrecarregar uma ou outra parte. O regulamento trata da rotina dos serviços internos da secretária geral onde trará grandiosas contribuições para o Poder Legislativo Municipal. O Vereador João Renato disse que essa Casa tem excelentes funcionários, estão sempre prontos para prestar seus serviços, já ficou comprovado por algumas pesquisas no Município, fica cada vez mais evidente o conceito dessa Câmara Municipal através de seus competentes e atuantes Vereadores. Este regulamento fará com que o trabalho flua com mais facilidade, o que não pode negar é que o cumprimento dos papeis terão que ser cada vez mais necessários. Espera que o Plenário seja soberano em relação a tudo e a todos até o limite da lei, o próprio Regimento Interno prevê as condições, os mecanismos, e meios disponíveis para alterá-lo, cada Vereador tem a sua prerrogativa assegurada pelo Regimento e pela Lei Orgânica Municipal, se o projeto aprovado conflitar com a Lei Orgânica será necessário a sua adequação ela é superior ao Regimento Interno, mas a lei precisa ser cumprida, esse é o espírito que sempre norteou os Vereadores desta Casa. Parabeniza a todos pelo elevado nível de comprometimento com que assumiram as atividades. O Regimento Interno congrega sensíveis contribuições de todos os membros da Comissão e outros membros desta Casa, embora não participassem da Comissão, mas participaram de algumas reuniões com idéias e colaborando para que saísse com o melhor desempenho dos Vereadores, acredita que essas normas poderão reger todo trabalho do Legislativo, de um modo geral trabalhando juntos para o bem da população em busca da melhoria de vida do povo como foi e tem sido a história do Poder Legislativo Municipal.

Com a palavra a Vereadora Valentina disse querer registrar a gratidão pela oportunidade de fazer parte da Comissão Especial, aprendeu muito com a experiência jurídica do Vereador Valério, com audácia dos Vereadores Adriano, João Renato e Cavalini. Os anos de experiência do Vereador João Renato contribuíram em muito para o trabalho, sente-se orgulhosa de ter feito parte da Comissão. Agradece aos funcionários da Câmara pelo desempenho, profissionalismo, o trabalho especial da secretaria geral Sandra e ao assessor jurídico Doutor Clóvis, espera que essas contribuições possam alcançar suas finalidades e que Deus ilumine o trabalho desta Casa e norteie os homens que conduzem a nossa Pátria.

Com a palavra o Vereador Valério disse sentir-se honrado em presidir a Comissão, em alguns momentos teve que traçar nova filosofia de vida, a humildade com que o Vereador João Renato trata das reformas no novo Regimento Interno, a partir da aprovação

do novo Regimento, nenhum Vereador ou Comissão poderá alegar que não tomou conhecimento do projeto de lei antes de ter entrado na pauta, espera que cada Vereador tenha tido tempo para analisar e fazer as considerações necessárias. Os projetos além de serem do conhecimento de todos os Vereadores devem ser também de toda a comunidade, isso fará com que não tenham pedido de vistas, que são necessários, mas que serão tecnicamente precedidos pela vista das Comissões, a Câmara trouxe uma responsabilidade muito grande com relação a nova Comissão de Controle de Fiscalização, a partir de então não mais aguardará que algo aconteça para entrar no cenário, pode fazer a previsão antecipada e buscar subsídios para a correção, as pessoas que estão agindo de forma não dolosa ou até pela inexperiência no seu projeto de vida profissional, faltou a Comissão de Ética, muitos estudos. Entendem que deveria ser formada, estudada e posteriormente retirado para que no momento que acalmarem, estudarem a Lei Orgânica, pode voltar com a Comissão de Ética tão necessária em todos os seguimentos da vida na sociedade como um todo nos seguimentos profissionais, estão sob o comando de uma fração da população em seguir com profissionalismo, o Poder Público com seriedade dentro do campo de ética preliminar para que possam fazer respectivamente com que a administração pública seja consultada sobre algum tema que é de interesse e que deveria ser discutido em um determinado momento, não faltou assessoria jurídica, isso demonstra interesse que cada um tem dentro da sua alçada, da sua competência, dentro daquilo que pode fazer, assim se faz a administração pública, na tem dúvida da aprovação, tem certeza que esta Casa está se modernizando e que a Lei Orgânica vai ser tratada com o mesmo seguimento. O Regimento Interno da Câmara poderá trazer uma aceleração em todo procedimento, facilitando o trabalho dos abnegados profissionais desta Casa. A todos a sua gratidão e a certeza de que se não foi o melhor, foi o que de melhor puderam oferecer, deram o máximo de si, mesmo porque o outro Regimento durou uma década e também fizeram o melhor de si para que essas leis fossem mais perenes.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o Projeto de Resolução nº 01/2002, que dispõe sobre o Regimento Interno do Poder Legislativo da Lapa-Pr, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade.

O Presidente Osvaldo Camargo, disse querer parabenizar os Vereadores que compuseram a Comissão Especial, que se pronunciaram e aos funcionários da Câmara pela dedicação, essa reformulação foi muito importante é a ferramenta e a bússola dos trabalhos desta Casa.

Constava em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 08/2002, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Instituto de Saúde da Lapa e dá outras providências, o qual foi retirado a requerimento escrito de vários Vereadores.

Com a palavra o Vereador Valério disse que sempre respeitou os princípios individuais de cada um e os pensamentos que tangem em seus particulares, mas entende que retirar esse projeto de pauta por mais sete dias poderá significar o sepultamento de uma idéia e não gostaria de ver esta Casa pagando o preço por uma idéia que inova, que busca trazer ao sistema de saúde e especialmente a Maternidade uma experiência na administração. O Conselho de Saúde e a comunidade têm relatório do próprio Centro de Saúde que foi voto vencido, se discutirá no futuro. Estudou junto com o assessor jurídico desta Casa quanto à juridicidade do projeto ao leigo, pequena cultura jurídica comparado com tantas outras culturas, discutirão em outro momento durante a Sessão, acredita que não deveriam correr o risco de ter esse projeto sepultado. As pessoas que tinham que se manifestar já se manifestaram e as que deveriam vir ao fórum do debate foram convocadas. O Ministério Público iria se manifestar pelas oportunidades que teve de saber do projeto, tinha o dever de estar aqui e se não o fez perdeu uma grande oportunidade de manifestar-se, agora seria protelar e essa Casa e em protelando fica muito preocupado com

o aspecto que trata da redação do Regimento Interno, faz parte de uma Câmara técnica e esse projeto é técnico, não podem levar no campo da ansiedade ou de manuseio político, os Vereadores que assinaram esse requerimento que considerem, que votem esse projeto hoje, par ir a debate em segunda discussão na próxima Sessão, vota contra e teme pelo resultado do desinteresse do setor público, pela maternidade e pela administração de uma forma moderna de gerenciamento público, se querem a modernização terão que ser arrojado e ousar, podem até votar contra o projeto, se não concordam que votem contra ou favor mas que seja hoje, e assim conseguirão dar uma resposta a sociedade que tanto reclama por um tratamento adequado a saúde, estão perdendo grande oportunidade de atender aos anseios da comunidade. Pede aos Vereadores dessa Casa que façam uma reconsideração e retirem esse pedido por uma ressalva especial pelos nascituros que tão por vir a substituir no futuro.

O Vereador João Renato solicitou o cumprimento ao Regimento Interno, artigo 120, onde diz que dependerá de deliberação do Plenário. Será verbal e não sofrerá discussão o requerimento que solicite o adiamento de discussão ou votação, se tem sete assinaturas fica automaticamente aprovado o pedido do Vereador Cavalini, tem o apoio da maioria, sem discutir se é bom ou ruim, se necessário ou não esse pedido, a Câmara é o órgão maximo de deliberação dessa matéria e o Regimento Interno deve ser cumprido, esse item também foi ratificado no novo Regimento Interno, sem entrar em discussão, é um projeto polemico, este Vereador ainda não tem concepção de voto, quer ouvir a todos que for possível sobre o assunto.

Constava em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 03/2002, de autoria da Vereadora Elísia Martins, que acrescenta o Inciso III ao artigo 4º da Lei nº 1583/2001, o qual foi retirado a pedido de vistas da autora do projeto, aprovado por unanimidade.

Em 1ª discussão o projeto de Decreto Legislativo nº 06/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0122.951-72/2001 MET/CAIXA, celebrado entre o Município e Ministério do Esporte e Turismo, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução do esporte solidário.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Adriano dizendo que conversou com o Assessor Contábil dessa Casa Sr. Ari, também Contador do Executivo Municipal, tem algumas dúvidas em relação à dotação orçamentária e o procedimento legal da execução orçamentária dos convênios que irão votar. A princípio havia preocupações com relação a questão da dotação, de como fazer para que o convênio se torne legal, o assessor contábil auxiliou no esclarecimento de que toda rubrica que não esteja vista no orçamento precisa de uma autorização prévia do Legislativo para que possa existir, então a solução para o projeto considerando que estão no início do ano e esta Câmara concedeu ao Poder Executivo trinta por cento do direito de suplementação de verba e a possibilidade de remanejamento de verbas entre departamentos afins e levando em conta eventuais créditos adicionais e especiais que sejam necessários serem criados para contemplar esses convênios, apenas os últimos precisarão de lei, pois os demais já estão previamente autorizados, como é inicio de ano foi entre cinco milhões e meio e seis milhões de reais o valor que autorizaram com trinta por cento de autorização prévia quando da votação da matéria orçamentária do ano passado que vigora neste ano, a maioria está contemplado nos trinta por cento, outros serão analisados será visto a necessidade de ser criado crédito adicional especial e por ser especial precisará da autorização da Câmara, mas não pode o Executivo criar uma rubrica, sem ter a certeza, embora noventa e nove virgula noventa e nove por cento das chances desse projeto ser referendado através de decreto legislativo existirem, tem que contar com o zero virgula zero um por cento da possibilidade dele não ser referendado, criar a rubrica e o projeto não ser referendado não tem sentido, por isso devem nos próximos dias receber uma outra lei que crie um crédito adicional especial para

contemplar esses convênios que estão tramitando nesta Casa, receberão um aval de todos os Vereadores, inclusive pede pela aprovação do decreto legislativo número seis de dois mil e dois.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o projeto de Decreto Legislativo nº 06/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0122.951-72/2001 MET/CAIXA, celebrado entre o Município e Ministério do Esporte e Turismo, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução do esporte solidário, colocado em votação sendo aprovado por unanimidade.

Em 1ª discussão o projeto de Decreto Legislativo nº 07/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0131839- 88/2001 MDA/ CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador João Renato dizendo que conversou com o Vereador Presidente da Comissão de Agricultura, sobre esse projeto e não poderiam em hipótese alguma serem contrário, é um contrato de repasse celebrado entre o Governo Federal por intermédio da Caixa Econômica e Município da Lapa, objetivando a execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, é um valor que o Governo Federal repassará ao Município, será cento e nove mil, noventa reais e oitenta centavos, existem recursos do Governo Federal através de verbas que devem buscar. Conversou com o Vereador Adriano que é da Comissão de Finanças dessa Casa de Leis, sobre um fato que o preocupa, no orçamento geral do Município foi questionado o valor comparado com o global e o significado que tem a agricultura para o Município, o valor do orçamento de noventa mil reais, neste convênio, pediram vinte e sete mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta centavos de contra partida para o Município, o Vereador Adriano deixou explicado anteriormente que aquela brecha do remanejamento da receita dos trinta por cento é um ponto passível, se fizerem à conta de cento e nove mil reais no orçamento da união, é uma areia, se considerarem vinte sete mil e duzentos no orçamento é significativo. Precisam aplicar muito bem esse dinheiro porque em conversa com o Heitor encarregado do Departamento da Agricultura do Município soube que esses cento e nove mil reais ainda não tem uma destinação especifica. Pede ao líder do Prefeito Municipal nesta Casa e aos demais pares que dão sustentação à situação nesta Casa de Leis, os documentos dizem na cláusula quinta, item cinco ponto um, a autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas de acordo com o cronograma físico e financeiro que deve ter no Município, que seja parte integrante do projeto para que os Vereadores possam acompanhar o plano de aplicação desses recursos, ou melhor o projeto que foi enviado à Caixa Econômica Federal e que vem a essa Casa de Leis, para que possam fiscalizar a aplicação desse dinheiro, mas acima de tudo para que possam dar a noticia àqueles colonos que estão sofrendo por falta de investimento na agricultura, vê hoje uma virgula do assunto do contrato firmado para a agricultura, o valor de cento e nove mil, noventa reais e oitenta centavos, um outro repasse de cinqüenta e oito mil, cento e oitenta e um reais e outro de cinqüenta e seis mil reais, sabem que dois desses repasses são para a patrulha rural mecanizada que é o apoio ao associativismo e ao cooperativismo, é importante que tenham a ação do homem do campo para combater o êxodo rural, para que o filho do produtor rural não venha degradar um emprego com pessoas da cidade, inchando as favelas do Município. O que precisam é de iniciativa dessa natureza, que possa fortalecer e incrementar a agricultura, quando vir outros projetos dessa natureza a essa Casa, que todos os Vereadores estejam imbuídos ideal de trazer recursos para a agricultura, quando vier convênio que venha junto o plano de aplicação do recurso para que possam cobrar dos deputados ou da base de apoio do governo, no qual um deles foi o Deputado Janene quem mandou e que possam dizer quem

trouxe alguma coisa para a Lapa, vota pela aprovação, parabeniza o departamento da agricultura, o Prefeito Municipal e agradece a Caixa Econômica por enviar esse dinheiro que é de grande valia para o Município.

Com a palavra o Vereador Cavalini disse que o apoio a agricultura é de fundamental importância para o País, para o Estado e principalmente para a Lapa, que é essencialmente agrícola, os administradores não podem abrir mão dessa visão de administração, acreditam no turismo, mas a prioridade é a agricultura, fica feliz quando votam esses projetos porque os convênios estão acabando, tem prazos limites. A grande parte do dinheiro que entra mensalmente no orçamento vem da agricultura, a administração começa a priorizar, a valorizar os pequenos, médios e grandes agricultores, é a importância do básico no País. Conversou com um agricultor que se beneficiou do PRONAF e ele está contente, é desses convênios que o Município necessita, a agricultura é a mola propulsora do desenvolvimento do País e do comércio local, esses convênios são de suma importância espera que votem em regime de urgência e que o Pode Executivo continue realizando.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o projeto de Decreto Legislativo nº 07/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0131839-88/2001 MDA/CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF colocado em votação sendo aprovado por unanimidade.

Em 1ª discussão o projeto de Decreto Legislativo nº 08/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0131832-18/2001 MDA/CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações relativas ao programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o projeto de Decreto Legislativo nº 08/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0131832-18/2001 MDA/CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações relativas ao programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, colocado em votação sendo aprovado por unanimidade.

Em 1ª discussão o projeto de Decreto Legislativo nº 09/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0132294-28/2001 MAPA/CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o projeto de Decreto Legislativo nº 09/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0132294-28/2001 MAPA/CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, colocado em votação sendo aprovado por unanimidade.

Havendo requerimento verbal do Vereador Valério Schmidt, solicitando dispensa de interstício para a 2ª deliberação dos projetos de Decretos Legislativos nºs 06, 07, 08 e 09/2002, foi este colocado em votação sendo aprovado por unanimidade.

Em 2ª discussão o projeto de Decreto Legislativo nº 06/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0122.951-72/2001 MET/CAIXA, celebrado entre o Município e Ministério do Esporte e Turismo, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução do esporte solidário.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o projeto de Decreto Legislativo nº 06/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0122.951-72/2001 MET/CAIXA, celebrado entre o Município e Ministério do Esporte e Turismo, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade.

Em 2ª discussão o projeto de Decreto Legislativo nº 07/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0131839- 88/2001 MDA/ CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o projeto de Decreto Legislativo nº 07/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0131839-88/2001 MDA/CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade.

Em 2ª discussão o projeto de Decreto Legislativo nº 08/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0131832-18/2001 MDA/CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações relativas ao programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o projeto de Decreto Legislativo nº 08/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0131832-18/2001 MDA/CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações relativas ao programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade.

Em 2ª discussão o projeto de Decreto Legislativo nº 09/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0132294-28/2001 MAPA/CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o projeto de Decreto Legislativo nº 09/2002, que referenda Contrato de Repasse nº 0132294-28/2001 MAPA/CAIXA, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal, objetivando a execução de ações de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade.

Nada mais constando na Ordem do Dia, passou-se a leitura dos requerimentos apresentados: Dos Vereadores Sergio Augusto Leoni e Valentina P. Batista, solicitando inserção em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento de Lucy Ganzert. Da Vereadora Valentina P. Batista solicitando inserção em ata de Voto de Congratulações à União dos Tropeiros da Lapa, pela passagem do Dia do Tropeiro, em 26 de abril. Do Vereador Alceu Hoffmann solicitando reforma de bueiros em Capão Bonito, local que especifica. Do Vereador Alceu Hoffmann solicitando doação de quatro manilhas. Do Vereador Alceu Hoffmann solicitando a construção de uma entrada para veículos na Pr 427, Km. 42,450. Da Vereadora Valentina P. Batista solicitando aquisição de equipamentos na área de saúde para dar condições ao Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo para montagem de uma UTI móvel. De vários Vereadores solicitando inserção em ata de Votos de Congratulações e Aplausos aos 64º aniversário do União Esporte Clube. Da Vereadora Valentina P. Batista solicitando informações sobre a criação do Conselho Municipal Antidrogas.

Ninguém querendo colocar qualquer requerimento em destaque, foram todos deferidos ficando à disposição dos Senhores Vereadores, juntamente com o Expediente, na Secretaria desta Casa.

Abrindo-se as inscrições para o Grande Expediente, inscreveram-se os Vereadores Sérgio Augusto Leoni, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Adriano Hamerschmidt, João Renato Leal Afonso, Valério Schmidt e Valentina Piovezan Batista.

Com a palavra o Vereador Sérgio disse que dia dezoito próximo passado foi convidado a participar da Assembléia Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Lapa, SISMUL, oportunidade em que os funcionários iriam fazer deliberação de liberar os recursos que sobraram depositados na Caixa Econômica Federal do FUNPREV, nesta oportunidade tomou conhecimento que ficaram retidos por Ordem Judicial, devidamente cumprida pela Caixa Econômica Federal, setecentos mil, duzentos e dez reais que se transformaram em um milhão e oitocentos mil reais, os recursos que foram liberados pelo Banco do Brasil, um milhão quinhentos e noventa e três, seiscentos e setenta e nove virgula noventa e dois centavos, significariam hoje quatro milhões e oitenta e oito mil reais, se não tivessem sido desviados os recursos descontados dos funcionários para o Fundo e não depositados teriam em caixa aproximadamente oito milhões de reais, esses anos se acometeu o ato mais arbitrário, ilegal e prejudicial ao erário público da Lapa. Hoje essa Câmara a qual respeita a ponto de vir sempre de gravata, pois seu pai o ensinou, que se quisesse homenagear alguém que usasse gravata, isso não é preciso que todos façam, mas aprendeu assim, e vai morrer dessa maneira, usando gravata sempre, é sua homenagem a esse Poder que merece respeito de todos os Vereadores que fazem parte dessa Câmara. Tem escutado com atenção, falado pouco mais raciocinado bastante, a maneira criteriosa que a Câmara vem deglutindo, analisando e discutindo os assuntos, as matérias que fazem parte da Ordem do Dia. Ouviu dizer que não podia pegar qualquer taxista, tinha que pegar o da vez, acha que essa discussão é boa, que quanto mais discutirem o assunto, melhor sairá as matérias desta Casa. Na questão do FUNPREV o Poder Legislativo tem uma enorme responsabilidade, porque foi aprovado pela Câmara, a matéria inconstitucional, está munindo a partir de hoje o Poder Legislativo de documentos, para que a própria Casa decida de maneira democrática, sem ligações com a política eleitoreira, as providências que devem ser tomadas porque alguém tem que pagar o prejuízo e não pode ser o povo da Lapa que cumpre com suas obrigações, pagam seus impostos, deixa sob a mesa, primeiro um ato, uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado que termina dizendo com relação ao FUNPREV incorreram em irregularidades insanáveis, deixa o mandato de segurança que foi empregado pelos funcionários da qual teve oportunidade de participar financeiramente para que pudessem fazer valer seus direitos, deixa a liminar que foi concedida pelo Meritíssimo Juiz Doutor Deusdedit Rocha, liminar que oficia-se urgentemente entre as agencias bancárias dessa cidade anexando cópia de despacho, alertando que os valores em depósitos em nome do FUNPREV ficam a disposição do Juiz até nova determinação, este mandato não foi cumprido, deixa também a confirmação da liminar que arremata o assunto, quanto ao aspecto constitucional da matéria, significa que tudo que foi feito com relação aquela lei, não vale nada, não existe, deixa o ato do Tribunal de Contas que rejeitou as contas do ano dois mil exatamente baseado na questão do FUNPREV, o Prefeito anterior na sua prestação de contas anexou como valores depositados no Caixa da Prefeitura a importância que estava depositada na Caixa Econômica e que não tinha sido liberada, finalmente deixa uma denúncia do Ministério Público responsabilizando o ex- prefeito Miguel Batista por esses acontecimentos, sempre que for necessário trará a esta Casa esclarecimentos sobre o FUNPREV, um fato dessa natureza jamais pode passar desapercebido pelo Legislativo que tem como função principal fiscalizar e elaborar leis, todos os documentos terão que ser devidamente analisados para depois abrir Comissão Parlamentar de Inquérito, terá que ser dado conhecimento ao povo, as decisões dessa Casa servirão de subsídios para as ações jurídicas.

Com a palavra o Vereador Cavalini disse que esteve com o Sr. Ivo Gudi técnico do IAP o qual trouxe a notícia que o Instituto Ambiental do Paraná através do Programa Florestas Municipais, está doando uma Fiorino para a Lapa, o Governador já assinou,

lembra que há três anos trouxe cópia de como se instituía o projeto de viveiro florestal baseado na legislação estadual, depois de três anos de luta e trabalho vai facilitar o desenvolvimento de mais um projeto que beneficiará a Lapa, principalmente na reabilitação de áreas degradadas do Município e no processo de educação ambiental. Com relação ao pedido de vistas no projeto da saúde não fez baseado em emoções, em questões políticas, pela negação do Prefeito, pois não lhe pediu nada e o último acordo que fez ele cumpriu, tem dúvidas com relação aos projetos porque uma equipe de funcionários do Hospital que trabalham com a saúde, com o Sindicato do Estado, com o SUS, tem experiências para colaborar num projeto tão complexo e importante para a população da Lapa, essa foi a única razão que fizeram o pedido de vistas, precisa saber o que está fazendo literalmente, porque não se deve cometer o que essa Casa de Leis cometeu no passado com relação ao FUNPREV, parecia uma maravilha, confessa que também votaria a favor, autorizaria na época o Prefeito Miguel Batista a comprar o terreno e instalar a Casa Blanca, dada a condição era impossível essa Casa de Leis não aceitar, não defende ninguém já que ninguém precisa de sua defesa, mas esse projeto da saúde está exatamente no mesmo caminho, tem que tomar cuidado muito grande na hora que se aprovar um projeto que vai mudar a vida de todos os lapeanos. O corpo do projeto não trás nenhuma menção de prazos, podem viver com a Maternidade como está mais uma semana ou mais, acha que o projeto vai dar certo, mas se não der, poderão dizer que essa Casa de Leis discutiu com o Secretário José Luiz de Castro, com o Prefeito Paulo Furiatti, com os Vereadores, com o Conselho da Saúde e agora esperam uma colaboração que deverá vir, já está agendado. Deixa claro a todos que o pedido de vistas é técnico, porque enxerga que lá na frente esse projeto que começa a abranger a Maternidade, vai para o Hospital e para o Centro de Saúde e precisa ser adequadamente votado, mas concorda com o Vereador Valério, na questão que as leis podem ser mudadas, se votar e acontecer algum problema, podem mudar, precisam de opiniões a respeito do projeto e então votarão com mais segurança e tranqüilidade.

Com a palavra o Vereador Adriano disse que em relação ao requerimento que assinou junto com o Vereador Cavalini pedindo vistas ao projeto que trata da criação do Instituto de Saúde, sentem-se inseguros para votar uma matéria, entende que deve analisar a matéria com mais propriedade por isso assinou, o Vereador uma vez na dúvida tem que ter oportunidade de saná-la, principalmente no que diz respeito diretamente ao povo da Lapa. A atitude do Vereador Sérgio Leoni na Sessão anterior não estava presente mas, soube das explanações e teve a oportunidade de ler a ata, entende que a atitude de trazer essa documentação à Câmara é certa porque os Vereadores precisam tomar conhecimento dos documentos, é a oportunidade de terem acesso de analisar desde a criação do Fundo até a sua extinção e depois a sua recriação para que possam raciocinar de forma coesa sobre todas as atitudes que foram tomadas em relação ao FUNPREV, a atitude do Vereador Cavalini foi acertada, sente-se lisonjeado quando o Vereador Sérgio falou a respeito da gravata e das palavras de seu pai. Conversou com alguns Vereadores sobre vários assuntos, entre eles o Instituto de Saúde e os interesses da população em geral. Recebeu um telefonema da Vereadora Valentina para um requerimento ou uma indicação que estarão protocolando na próxima semana com respeito à volta do primeiro emprego, sabem o quanto esse programa trouxe benefícios para a juventude do Município, o ex-Prefeito Sérgio Leoni dava o nome de guarda mirim, depois voltou com o nome de primeiro emprego, a jornalista Helenita Prevedello na época assessora de imprensa sabe o quanto de esforço tinha no projeto, seja o nome que for. Comentavam a respeito do

Conselho Tutelar devidamente registrado, a Vereadora Valentina foi a pivô dessa reunião e motivou a falarem sobre vários assuntos que dizem respeito ao adolescente entre eles a questão da droga, alguns dos mecanismos podem ser utilizados para que esse tipo de

problema seja resolvido ou evitado, estarão tomando providencias no sentido de tentar sensibilizar o Prefeito. Foi protocolado nesta Casa o projeto que pretende declarar de utilidade pública o Pró- Lapa, o qual a presidente é a senhora Ivana Furiatti, foi apresentado pelo Vereador Valério e talvez seja esta mais uma forma de ser reimplantado. Esteve conversando com o Prefeito Paulo Furiatti sobre a revelação de alguns ajustes necessários no projeto do reajuste salarial, ficou feliz pelas menções que ele fez no rádio em relação a sua pessoa tentando transmitir ao povo a verdade sobre seu trabalho o qual agradece. Mais uma contribuição para o Município de fonte segura do Banco SICREDI, Cooperativa de Crédito Agrícola que é um Sistema de Crédito e Financiamentos Agrícolas, é um Banco como todos, acaba de receber autorização para atuar no Mercado de LAESING, todos sabem que o LAESING é um arrendamento mercantil, a lei determina que o nome das empresas que operam com LAEASING contenha as palavras arrendamento mercantil, mas o que tem de interessante para a Lapa é o sistema de crédito cooperativo que tem crescido significativamente no Brasil, em Estados do Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, teve projeções de lucro para este ano, colocará no mercado mais um produto para seus clientes, nem todos sabem que o arrendamento mercantil por si só é uma prestação de serviços, é obrigatório a recolhimento do ISS, Imposto Sobre Serviços, a cidade de Barueri em São Paulo por exemplo, a sede do Braço Arrendamento Mercantil um grande Banco e a alíquota de recolhimento do ISS é de meio por cento, mas pela lei o imposto é recolhido onde está a sede do negócio e não necessariamente onde foi gerado grande instituição já em vigência, em existência à muitos anos para que mude a sede para a Lapa, talvez seja algo um pouco difícil, mas pleitear uma autorização para atuar no mercado de arrendamento mercantil, para que a sua sede seja na Lapa é perfeitamente razoável, estará conversando na primeira oportunidade que tiver com o Prefeito para que mobilizem suas lideranças para sensibilizar o Bansicredi a colocar sua sede do arrendamento mercantil na Lapa, podem arrecadar muito com meio por cento, ou com um por cento, se outras cidades trabalham com meio por cento é possível que tenham que criar uma alíquota de meio por cento também para ISS de arrendamento mercantil, certamente trará alguns dividendos para o Município se o pleito for vitorioso, quer propor essa parceria ao Prefeito estará conversando e para tentar trazer este benefício para a Lapa, com uma sede aqui qualquer Laesing feito em qualquer lugar do Brasil, poderia ser recolhido aqui.

Com a palavra o Vereador João Renato disse querer agradecer o Vereador Sérgio Leoni pela homenagem que presta a todos os Vereadores, confessa que não sabia o motivo, infelizmente não tem o hábito de usar gravata. É filho de comerciante, sempre trabalhou com agricultores por isso não tem esse hábito, deixa sua homenagem pelo respeito que tem ao Vereador Sérgio, quando ele diz do ato arbitrário e ilegal da extinção do Fundo de Previdência Municipal, acha que é uma questão de opinião, faz uso das palavras do Vereador Cavalini quando disse que naquela situação votaria favorável a compra do terreno da Casa Blanca, entende que a maioria dos Vereadores que naquele momento estivessem vivendo a extinção do Fundo de Previdência votaria favorável a extinção, é a sua opinião, o seu pensamento, poderia ter outra opinião e votar pela não criação do Fundo de Previdência em mil novecentos e oitenta e nove, ou mil novecentos e noventa, porque quando da visita do Doutor Duílio a essa Casa de Leis e tiveram a Audiência Pública do terceiro quadrimestre do Executivo Municipal, indagou a respeito do Fundo de Previdência, ele disse que o Brasil é um País modista, que para baixar os custos com a Previdência Social foram criados os Fundos de Previdências Municipais porque deixariam de contribuir aproximadamente com vinte e dois por cento com o regime geral da Previdência Social INSS, no entanto passariam no caso da Lapa contribuir com oito por cento, tendo uma economia sem um cálculo atuarial sustentável pelo menos dentro dessa

Casa de Leis, os Vereadores poderiam fazer um pensamento que erraram naquele momento, mas isso é questão de opinião. Dizem que a lei mil trezentos e oitenta que extinguiu o Fundo de Previdência Municipal é inconstitucional então não existe, isso é ponto pacífico, se a lei mil trezentos e oitenta não existe, a lei que criou o Fundo de Previdência Municipal, FUNPREV antigo está vigendo e se está, esta Casa aprovou o LAPAPREV, é uma questão de opinião, respeita a Comissão de Legislação, Justiça e Redação dessa Casa de Leis. Parabeniza o Vereador Sérgio Leoni por trazer esses documentos a essa Casa de Leis para que possam ler com atenção e analisar o processo, se houve crime que possam responsabilizar os culpados, discordando unicamente de palavras, no qual disse que um dos pontos da desaprovação das contas do exercício de dois mil, foi o Fundo de Previdência, com relação ao Fundo de Previdência Municipal, o Tribunal de Contas orientou a administração de dois mil, leu o que diz a instrução três mil quatrocentos e setenta e dois da Diretoria de Contas Municipais, tem como ementa o Município da Lapa a prestação de contas do exercício de dois mil do Poder Executivo Municipal, irregularidades formais e materiais. Fez a leitura do documento que tem dentro dessa Casa de Leis na Contabilidade, deixa com a Presidência da Câmara, se algum Vereador quiser ver o processo inteiro, que causou estranheza a todos, pois não sabiam quando o Vereador Sérgio Leoni anunciou a desaprovação das contas do Município, foi o dia que teve a reunião dos Conselheiros, em questão de horas o Vereador Sérgio Leoni já sabia, por isso causou estranheza a todos, era um fato inédito nesta Casa, ficou preocupado, esteve por várias vezes no Tribunal de Contas apurando os motivos porque a questão é defender a Lapa, se as contas forem desaprovadas estarão impedidos de receber recursos financeiros a nível estadual e federal, é crime de responsabilidade. Em relação à instrução três mil quatrocentos e setenta e dois, que trata do FUNPREV, no item dois ponto quatorze trata da Previdência Municipal, diz que a análise procedida revelou que o regime próprio de Previdência foi instinto através da lei mil trezentos e oitenta, não sendo observado o disposto no artigo vinte e um da portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social, número quatro mil novecentos e noventa e dois de noventa e nove, alterada pela portaria, sete mil setecentos e noventa e seis de dois mil, toda documentação dessas portarias tem no computador dos Vereadores, gravado, segundo a vinculação dos Servidores do Regime Geral da Previdência Social, é obrigatória para o ente estatal que extinguiu seu regime próprio de Previdência Social, então uma irregularidade, tudo foi assinado pelo contador Edson Custódio em data de vinte e nove de novembro de dois mil, no parecer prévio de número duzentos e cinqüenta e nove de dois mil protocolado sob número cento e três mil, seiscentos e quarenta zero um do Tribunal de Contas, nas pessoas dos Conselheiros Heitor, Nestor Batista, Henrique, Caio Marcos Nogueira, resolvem aprovar o parecer prévio duzentos e cinqüenta e nove, zero dois elaborado pelo auditor Roberto Macedo Guimarães, esse parecer prévio é o motivo que aprovou e pede a desaprovação das contas, quanto a Previdência Municipal em que pese o posicionamento adotado pela diretoria de Contas Municipais e Procuradoria do Estado junto ao Tribunal, entende que as contas não merecem ser desaprovadas pelos motivos atinentes à Previdência, ressalta-se tal entendimento que encontra guarida no parecer prévio duzentos e sete, zero dois que trata da prestação de contas do Município de Figueira, trás no bojo o arrazoado sobre a matéria em questão, o inteiro teor foi aprovado pela resolução número dois mil quinhentos e dois zero dois do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, esse é o parecer prévio, foi rejeitado a prestação do ex-Prefeito Miguel Batista, ninguém está escondendo, todos tem a obrigação de averiguar, o motivo concreto, está no parecer prévio que diz que os documentos faltantes serão indicados de conformidade com a ordenação, por item como constou da relação já levada ao Município por intermédio do ofício circular supra referido da Presidência do Tribunal, o anexo dez comparativo da receita orçada com a arrecadada,

cópia dos atos que impliquem em renúncia de receita acompanhado dos processos administrativos contendo a motivação e as medidas de compensação adotado para evitar a ocorrência do déficit orçamentário tal como estipulado no incisos um e dois do artigo quatorze da Lei Complementar Cento e Um, cópia dos atos legais que importem na criação de despesas de caráter continuado acompanhados de comprovação das previdências dispostas no artigo dezessete e parágrafos da Lei Complementar Cento e Um do volume um, no volume cinco a demonstração da execução da política de financiamentos dos programas de saúde, cuja aplicação foi realizada pelo Fundo Municipal de Saúde em contra partida, em contabilidade centralizada no Executivo com atestado de regularidade de aplicação dos recursos firmados pelo Conselho Municipal de Saúde. O Vereador Sérgio tem denunciado a diversos anos a questão da APMI e Fundo de Previdência, acha importante que a Câmara tenha acesso a essa documentação porque de acordo com a Constituição Federal, os Tribunais de Contas Estaduais dão parecer prévio, não condenam nem absolvam ninguém, quem vai dizer se as contas então irregulares ou regulares são todos desta Casa de Leis, de nada adianta o Tribunal de Contas do Estado do Paraná dizer que as contas do ex-Prefeito Miguel está rejeitada, sendo que esta Câmara com dois terços revogam este ato e ninguém dirá que está errado, se o Tribunal de Contas disser que as contas estão irregulares e de posse dessa documentação que o Vereador Sérgio trouxe acharem que existe irregularidades podem desaprovar as contas e mandar para o Ministério Público, há uma inversão de valores, sem defender ninguém, quer que essa novela acabe, pois os Vereadores Marco, Dirceu, Alceu e Vilmar viram nessa Casa de Leis o ex-Vereador César Vidal por tempos falando sobre essas coisas, mas nunca provaram nada, não propuseram nada de concreto para provar as irregularidades na qual em sua opinião não existe. Cabe aos Vereadores convencerem o Plenário que efetivamente houve irregularidades. Gostaria que toda essa documentação acostada hoje nesta Casa de Leis dê ciência aos Vereadores interessados e a documentação que se referiu não nessa defesa, mas na justificativa e agradecimento, a entrada dessa documentação a essa Casa de Leis está em sua contabilidade e se tiver falha de algum documento está a disposição de qualquer Vereador nesta Casa de Leis para que possam agir com os pés no chão e se existem pessoas culpadas vão responsabilizar com documentos porque o Tribunal de Contas já absorveu.

Com a palavra o Vereador Valério disse que primeiramente quer dar uma deferência especial a esta Casa porque aprovou algumas verbas para o Município no qual ouviu do Vereador João Renato que gostaria de fazer um elogio ao Prefeito Municipal porque nesse período de três, quatro meses conseguiu mais verbas do que durante o ano de dois mil que o Governo do Estado mandou para a Lapa.

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse confirmar porque pediu para não votarem hoje em segunda discussão esses projetos, para que pudessem ver no que iria ser aplicado para fazer comparativo, mas devido à urgência que o Vereador Cavalini achou foi votado, somente hoje foi aprovado muitos convênios que o governador do Paraná mandou.

Continuando o Vereador Valério disse muitas pessoas acham que o Prefeito não tem acesso nos meios governamentais no processo Executivo e Legislativo, isso se deve ao apoio e a insistência de Vereadores junto aos Deputados, aqueles que apoiaram no passado e no presente, demonstra que a parceria entre Poder Executivo e Legislativo tem que existir sempre, independente de partido político, de condição pessoal, tem que ter em mente que representam uma população em cem por cento, não só os que votaram. A deferência a verbas que foram aprovadas vai pedir ao Prefeito que para os próximos convênios faça estudos, pois algumas providências são mais de emergência. O Presidente desta Casa tem a missão de ver as paridades necessárias para constituir a Comissão de Fiscalização e

Controle, é a nova Comissão do Regimento Interno, essa Comissão amparada no requerimento que fez em Sessão anterior, solicitou verbalmente e o Plenário aprovou, solicitação ao Tribunal de Contas e a Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio Público o envio da remessa dos inquéritos correspondentes a APMI, acredita que em breve estará nesta Casa a resposta, pede de imediato ser encaminhado a Comissão de Fiscalização e Controle que por certo vai ter que ser assenhoreado por técnico para poder apurar a verdade e os fatos como se demonstra. Deixa registrado um voto de louvor a esta Casa em um ofício por escrito para o senhor Célio Heitor Guimarães, no Jornal O Estado do Paraná do dia vinte e um de abril na coluna Opinião Pública, onde faz comentário sobre a Lapa, provando para os jornalistas local que a Lapa tem realmente um carinho especial com o turista e com a sociedade, a matéria foi publicada no Caderno Viagens e Turismos no domingo que antecedeu dia vinte e um, os lapeanos estão em todos os cantos do Brasil e do mundo, elevando o nome da Lapa na dimensão que ela merece, muitas vezes falta um pouco de arrojo quando falam de empreendimentos, pede aos Vereadores desta Casa quando consultados que não sejam emotivos, mas que procurem mostrar os fatos reais e como acontece aos empresários, não fala de Casa Blanca, maior do que a geração de quarenta, cinqüenta empregos, mas que possam ver empresários ou pessoas disponibilizando patrimônio para investimento Hoteleiro, tem tido algumas informações sobre o aspecto histórico no Município da Lapa e o que representa, acha que devem ficar atentos para não cometerem erros como já aconteceu no passado, devem ter certeza que os lapeanos estão vendendo a imagem da Lapa lá fora, estão programando a Lapa do futuro, tem que ter na consciência que vão ter que fazer embates técnicos administrativos nesse sentido, senão o tempo vai passar e ficarão a mercê da História. A Lapa tem um potencial turístico, tem que se fazer um projeto integrado de turismo educacional, religioso, ecológico e rural na Lapa que tem excelentes vinhos, produzidos em pequenas quantidades mas, não tem condições de produzir mais, o produtor de leite, de suinocultura procura apoio. Se dirige em especial a imprensa, pois todos viram, a televisão mostrou, os paparazios da televisão escacharam para o mundo o Salvatore Cacciolla por uma denúncia da Comissão de Valores Mobiliários, a tempos atrás foi condenado, julgado, torturado pela imprensa e pela sociedade, curiosamente no Jornal a Gazeta Mercantil do dia dezenove de abril de dois mil e dois, Salvatore Cacciolla é absolvido pela própria CVM, havia subterfúgios, os Bancos Marca e o Fonte - Sidam não tinham cometido tantas atrocidades contra o Patrimônio Financeiro Brasileiro, tem que apurar a co-responsabilidade, quando levantarem algo, tem que ser precavidos ter certeza que o fato aconteceu para não ter arrependimentos no futuro, tem constantemente várias opiniões em jornais, colunas, formas indiscretas, fazendo referencias a personalidades, homens públicos, autoridades, como se fosse um jogo banal, acha que é o momento da imprensa ter um pouco de responsabilidade para com a sociedade, não podem em hipótese alguma com a liberdade de imprensa fazer o que tem sido feito, trouxe o exemplo de Cacciolla porque foi escachado, tantas pessoas são, todos os dias pela imprensa e depois são absolvidos devem respeitar. Pede a Casa que denuncie fatos verdadeiros, que denunciem a culpabilidade e irresponsabilidade tem que ser punido com severidade, sempre diz a seus amigos que se errarem um dia não vai absolvê-los, vai visitá-los e levar um prato de comida, um cigarro, um perfume, tem que pagar pelo erro, pois se não pagar aqui vão pagar de outra forma e prefere que pague aqui.

Com a palavra a Vereadora Valentina disse reportar-se a respeito de uma visita do Conselho Tutelar onde repassaram dados importantes, participou a Vereadora Elisia como parte da Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Bem Estar e Ecologia juntamente com demais Vereadores, ouviram os Membros do Conselho Tutelar para posteriormente elaborarem projetos, o Vereador Adriano colocou a preocupação com o menor aprendiz,

vão trabalhar com essa idéia. Quanto ao seu Requerimento solicitando a nomeação dos membros do COMAD, leu no resumo das correspondências que o Secretário Sr. José Luiz de Castro encaminhou ao Presidente desta Casa um oficio solicitando através de determinação verbal do Prefeito a indicação de dois Vereadores para comporem o Conselho Municipal Anti-drogas, gostaria de colocar seu nome em apreciação dos demais pares para participar desse Conselho, se não for indicada colaborará com certeza da mesma forma, fica feliz em saber que será instituído o COMAD, é de grande importância a comunidade para que possam dar apoio ao programa que a Polícia Militar vem fazendo junto com o Departamento de Educação, da Secretária Municipal, PROERD. Participou de uma reunião na primeira CIPM juntamente com o Capitão Tedeschi, a Diretora do Departamento de Educação, Professora Jocélia e sua Assessoria, Professora Nanci e o Soldado Luiz Carlos de Campo Largo, já avançaram um passo adiante onde o PROERD Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência vem trabalhando via Policial Militar com as crianças de quarta série. As crianças sentiram-se abandonadas da quinta série em diante, sentindo falta desse contato, dessa convivência então foi criado o Clube PROERD, trouxeram essa experiência para a Lapa, a possibilidade de se criar esse Clube na Lapa, para darem continuidade a esse projeto às crianças da quinta série em diante, sem dúvida o COMAD tem uma grande importância para dar apoio aos projetos, de forma especial ao PROERD e abraçar a causa do combate às drogas na Lapa. Esteve em reunião com o Vereador Cavalini juntamente com Comissão de Educação, Vereadora Elisia e o Secretário José Luiz de Castro, surgiu à preocupação da Vereadora Elisia de que algumas crianças chegam a quinta série sem saber ler e escrever, assume essa responsabilidade por ter sido Secretária Municipal de Educação, realmente é triste admitir, mas acontece e há necessidade da preocupação de formação continuada e permanente dos Professores, conversando sobre o assunto com o Secretário José Luiz de Castro puderam ouvir algumas propostas, espera que aconteçam, vem se trabalhando com oficinas aos Professores, considera de importância muito maior um projeto de apoio pedagógico dentro de uma escola, do que um projeto de qualidade de vida que foi implantado nas escolas Municipais e desabou, não está acontecendo porque o projeto não existia estruturalmente por isso não teve como se manter, estão quase na metade do ano e o projeto já não existe, essas questões precisam ser pensadas e estruturadas pois, quando se trata de educação trabalham com pessoas, costuma-se dizer que um médico quando erra acaba com uma vida de cada vez, o professor é trinta ou quarenta, falou das oficinas como dado positivo, falou também dos cinqüenta professores que estão cursando Pedagogia na FAEL é de fundamental importância, o projeto de construção e ampliação das escolas com espaço fisico para implantar bibliotecas, a Lapa não precisa de aumento de construção de mais prédios para escolas, pois se há um programa de saúde que vem dando resultado na Lapa é o planejamento familiar e percebe-se a diminuição do número de crianças em idade escolar, já é um reflexo desse trabalho de conscientização da importância do Planejamento familiar.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que em conversava com um grupo de professores de Araucária e de Contenda, uma professora deu uma idéia interessante dizendo para pedir ao Secretário se puder fazer uma avaliação, um professor dentro de uma sala trabalha com o aluno o ano inteiro, aparece uma meia dúzia de alunos sem saber ler, escrever ou interpretar um texto então tem que habilitar, dar competência ao professor para que faça avaliação e quando um aluno no mês de março ou abril não está correspondendo aos conteúdos deve-se tomar providências.

Solicitando também um aparte o Vereador Adriano disse que o planejamento familiar é um programa que não pode parar.

Continuando a Vereadora Valentina disse que dando continuidade as propostas do Departamento de Educação a internet é importantíssima, quando assumiu a Secretaria de Educação em noventa e sete, a secretaria possuía um computador e não havia sido implantado nem o Sistema Escola dos vinte e três Municípios do Núcleo da Área Sul a Lapa era o único que tinha implantado, não só foi implantado o Sistema Escola em contato direto com o FUNDEPAR controle de documentação escolar, como também saiu da Secretaria deixando um número de quarenta computadores, graças a isso hoje a Secretaria de Educação pode implantar a internet, deveria ter acontecido no ano passado. Trabalham nessa idéia de gestão participativa dentro da escola onde os pais devem participar, falou ao Secretário José Luiz que houve um acordo com as APM das escolas que deverão pagar o excesso de valor do custo do telefone para que se implante a internet nas escolas. Parabeniza a padronização e identificação dos uniformes, pois esteve na escola David Carneiro participando do projeto Família na Escola onde discursou para sessenta mães, sobre a importância da Leitura. A diretora, os professores e as mães gostam de ver seus filhos uniformizados, eleva a auto estima do aluno criando um padrão na imagem das crianças de primeira a quarta série do ensino fundamental.

Ninguém mais inscrito, abriu-se espaço às lideranças partidárias, manifestando-se o PPB e PPS.

Com a palavra a Vereadora Valentina, líder do PPB, agradeceu o Prefeito pelo apoio que recebeu no decorrer da semana, pois quando se está prestes a assinar convênios para liberar verbas, isso acontece rapidamente, precisam correr atrás de elaboração de projetos em tempo muito curto, teve todo apoio do Prefeito colocando a disposição a Secretaria do Planejamento, nas pessoas da Márcia e da Beatriz, pode elaborar o projeto de iluminação do Campo do União e entregar no gabinete do Deputado Seleme, tem certeza que em poucos dias será assinado esse convênio, está acompanhando com o Deputado a liberação de mais oitenta mil reais que foi um compromisso da Secretária de Estado da Educação, Alcione Saliba para construção de duas salas de aula no Colégio Polivalente e a construção do laboratório de informática para acomodar os quase três mil alunos do CEEBJA Paulo Leminski, considerando que a escola está funcionando anexa a Escola Manoel Antonio da Cunha, o projeto já foi elaborado pelos técnicos da FUNDEPAR, está no Departamento Técnico, conversou com a Técnica Adelaide que disse que vai para a Secretaria de Obras para liberação de recursos, espera logo ver as paredes da sala de aula para responder a expectativa da comunidade e dizer que não é questão de Planejamento Familiar, são adultos que não tiveram o espaço que necessitavam na época escolar e estão voltando à escola, espera que tenham a sua sala de aula de informática, quem ganha é o lapeano.

Com a palavra o Vereador Adriano, líder do PPS, disse que como líder continua no ano de dois mil e dois como líder em função do Vereador Osvaldo Camargo ter assumido a Presidência desta Casa, fala da indignação e contemplação de um requerimento lido nesta Casa de Leis com relação às ambulâncias e a dotação de melhores condições dos veículos que fazem o transporte de enfermos da Lapa para outras cidades, em sendo do mesmo partido e da amizade que tinha com Edson Barbosa no qual não teve oportunidade de falar antes por motivo da Sessão anterior ter sido suspensa, o tratamento que ele recebeu, não por ser militante do partido mas por ser lapeano, segundo depoimentos deu entrada no hospital onde o médico mandou para Curitiba, sem nem sequer retirarem as roupas, lavarem, enfim, não foi realizado os primeiros socorros, o hospital em que foi levado o paciente telefonou para o Hospital da Lapa para fazer reclamações de indignações da forma que o paciente chegou em Curitiba. O PPS continua de luto, perdeu uma de suas lideranças, um homem que provavelmente ocuparia um lugar nesta Casa na próxima Legislatura, quem perdeu foi a Lapa, o PPS e a legenda em função do falecimento deste homem.

Mais nenhum líder tendo se manifestado, passou-se às Explicações Pessoais, inscrevendo-se os Vereadores João Renato Leal Afonso, Sergio Augusto Leoni, Valério Schmidt e Dirceu Rodrigues Ferreira.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que não pode deixar de registrar nesta data o transcorrer do Dia do Trabalhador a ser comemorado em primeiro de maio, trabalhadores que elevam esse Município, devem congratular-se a todas classes trabalhistas. Pede ao Presidente da Comissão de Agricultura, Vereador Alceu Hoffmann que estude a possibilidade de dia dois às quatorze horas vir a esta Casa de Leis, assistir a Audiência Pública do INCRA para substituí-lo, acha importante essa Audiência, pede também que os demais Vereadores da Comissão de Agricultura se façam presentes. O Vereador Valério falou que devem ser precavidos com denúncias, concorda plenamente, pede empenho urgente e extraordinário à Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Bem Estar Social e Ecologia dessa Casa de Leis no que se refere o Ofício Circular trinta e três, dois mil e dois do FNDE – DIRAE Diretoria de Ações e Assistência Educacional, assinado pela diretora Maria Elza da Silva onde nos dias vinte e cinco de fevereiro e dezoito de abril encaminharam correspondências ao Executivo Municipal e não foi retornado, está dando sentença, esclarece que tão logo a Prefeitura cumpra o solicitado no ofício circular e referência, a transferências dos recursos serão retomadas sem retroagir ao período do não comprimento, ressalta que enquanto perdurar essa suspensão, os alunos das escolas de ensino pré-escolar e fundamental do Município, não poderão ficar sem merenda escolar, o fato deve ter justificativa, conclama a Comissão de Saúde para que apure esse fato junto ao Líder do Prefeito, pode ter sido um erro, um extravio de correspondência. Parabeniza a administração do Prefeito Furiatti na pessoa do Senhor José Luiz de Castro a respeito do atendimento que deu a esse Vereador com relação a uns pontos críticos das estradas do interior no qual foi atendido. Nessa Sessão presta sua homenagem ao Secretário José Luiz por essa ação onde tem denunciando e imediatamente são tomadas providências, quando não tomam, dão satisfação. Acha que esse é o trabalho de todos, ser coesos para desenvolver o trabalho, acreditando na atual administração onde podem extirpar certos estigmas políticos que tiveram no Município e fazer algo de bom para a Lapa sem sombra de qualquer partido que seja, oposição e situação trabalhando juntos para o desenvolvimento da Lapa.

Com a palavra o Vereador Sergio disse que foi informado de uma notícia publicada em um dos jornais da cidade querendo argüir que a reabertura da Maternidade foi um erro técnico, foi quem reativou a Maternidade, fez a ampliação do Hospital Hipólito sem projeto de ser Maternidade, assistiu a Maternidade ser fechada, foi quem tomou conhecimento das barbaridades que aconteceram com a mulher lapeana quando tiveram que usar o Hospital que não era Maternidade, tiravam pessoas já sem vida do leito e colocavam mulheres em trabalho de parto no mesmo. Deixa esse assunto para ser tratado em outra Sessão quando essa matéria vai ser discutida, acha que não tem nada mais importante numa cidade do que o respeito do Poder Público pela mulher, não existe nada mais grandioso, mais digno no ser humano que gerar outro ser, o próprio Cristo escolheu o caminho biológico para vir a terra, mostrando que a maneira de nascer é uma forma que está acima de qualquer outra atitude, que possa um homem público, um ser humano adotar com relação à Maternidade, por isso lamenta que essa matéria tenha sido tirada da Ordem do Dia, é um assunto técnico, a questão Maternidade terão que tratar com muita seriedade.

Com a palavra o Vereador Valério disse que é verdade que o Poder Executivo em um dado momento foi infeliz com relação ao Conselho Municipal de Saúde, foi reconhecido o erro, analisando os fatos, o Conselho veio até esta Casa onde estavam os Vereadores Cavalini, Elisia, João Renato e Marco, discutiram sobre o tema com propriedade, o projeto pelo Conselho Tutelar já havia sido aprovado. Ainda questionava porque não viu nada de

antijurídico no projeto juntamente com o Assessor Jurídico desta Casa Dr. Clóvis, soube que o projeto iria ser retirado da pauta pelo Vereador Cavalini, para praticidade, já foi resolvido alguns Vereadores fizeram a assinatura do requerimento, respeita, mas teme por não estudarem esse projeto, a Lapa perde e esta Casa vai ser responsabilizada, porque tem que dotar o Poder Público de instrumentos capazes de realização, não adianta criticar médicos, o Hospital não tem estrutura, tem que adotarem um Hospital de estrutura e negam-se porque alguns tentam discutir, tiveram a oportunidade nessa Casa de Leis de ter reunião com o Conselho Municipal de Saúde, realmente levam em discussão e votam contra ou a favor. Espera que possam colocar na Maternidade instrumentos capazes de levar adiante o atendimento à vida e seguir o caminho que Deus ensinou da procriação e respeito. Tem que sonhar com a Lapa grande no futuro uma cidade turística.

Com a palavra o Vereador Dirceu disse que o projeto vem valorizar a comunidade no atendimento à saúde, foi retirado da Ordem do Dia para ser analisado, com certeza voltará na próxima Sessão na Ordem do Dia, o projeto vai trazer benefícios para a população, analisou fatos onde diz que podem ser formadas cooperativas e assim por diante, se o povo pobre do interior não puder pagar um atendimento vai sofrer ficando em filas de espera enquanto os que podem serão atendidos antes. Sua preocupação é quanto ao atendimento a população carente do interior que precisa ser bem tratado nos Departamentos de Saúde do Município. Parabeniza o Prefeito pelos projetos aprovados nesta Casa, de repasse de verbas do PRONAF, estarão investindo na agricultura com apoio da EMATER para gerar benefícios aos agricultores.

Mais ninguém inscrito, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos visitantes, bem como dos Senhores Vereadores e convocou-os para a próxima Sessão Ordinária a realizar-se no dia 07 de maio de 2002, á hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº 08/2002, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Instituto de Saúde da Lapa e dá outras providências.

1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº 23/2002, de autoria do Executivo Municipal, que cria novas vagas para o Cargo Publico de Provimento Efetivo que especifica (auxiliar administrativo) e dá outras providências.

1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº 24/2002, de autoria do Executivo Municipal, que cria novas vagas para o Cargo Publico de Provimento Efetivo que especifica (pedagogo) e dá outras providências.

1ª Discussão do Ante-projeto de Lei nº 03/2002, de autoria da Vereadora Elísia Martins, que acrescenta o Inciso III ao artigo 4º da Lei nº 1583/2001

Sendo o que tinha para constar, após lida e aprovada, será a presente ata por todos os Vereadores assinada.